

BOLETIM 2026

Nº 456 – MARÇO DE 2026, 28º ANO

BELÉM/PARÁ 2026

EDITORIAL

Ao longo do mês de março, a Procuradoria-Geral do Estado promoveu uma programação diversificada, voltada ao fortalecimento institucional, à valorização das pessoas e ao incentivo à formação continuada.

As atividades tiveram como destaque as ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Entre elas, rodas de conversa sobre temas relevantes à vivência feminina e à responsabilidade coletiva na garantia de espaços mais seguros.

Os temas abordaram assuntos como feminicídio, o papel dos homens na construção de ambientes respeitosos e o ciclo hormonal nas diferentes fases da vida da mulher, reunindo especialistas de diversas áreas e proporcionando momentos de escuta, reflexão e troca de experiências.

Ainda no mês de março, a PGE sediou o lançamento do livro “Lei do Processo Administrativo do Pará – Um olhar de juristas”, importante contribuição acadêmica produzida em parceria com o Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR).

As ações desenvolvidas incluíram, também, iniciativas voltadas à saúde e ao bem-estar, como a campanha de “Vacinação na PGE”, realizada em parceria com a Secretaria de Saúde Pública. O conjunto das atividades consolida a PGE como espaço comprometido com o desenvolvimento humano e alinhado às transformações sociais contemporâneas.

Boa leitura!




MÊS DA MULHER: PRECISAMOS FALAR SOBRE O FEMINICÍDIO

No dia 5 de março, foi realizada a Roda de Conversa do Mês da Mulher, no auditório da PGE, em Belém. Entre os temas abordados, o encontro trouxe o feminicídio no centro das discussões.

O encontro contou com a participação da psicóloga dra. Bruna Menezes Bastos e da delegada da Polícia Civil do Pará, Maria Júlia Silva, sendo mediado pelas procuradoras do Estado, Camila Farinha e Paula Pinheiro Trindade. Na abertura, o evento contou com a participação da procuradora-geral do Estado, Ana Carolina Gluck Paúl.

O evento proporcionou um espaço qualificado de escuta, troca de experiências e reflexão sobre temas relevantes à vivência e aos desafios enfrentados pelas mulheres, contribuindo para o fortalecimento de um ambiente institucional mais inclusivo e sensível às questões de gênero.

 Assista aqui: <https://www.youtube.com/>



PGE
PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

Equipe ESAP:

Camila Farinha Velasco dos Santos

Alessandra Maria Mendonça de Oliveira

Carla Blanco Rendeiro
Tássio Guimarães Senger

Comunicação:

Bárbara Brilhante

Apoio:

Ana Margarida Vianna
Luciano Júnior Silva da Silva

Lizandra Macedo Pimentel
Louise Letícia Wanzeler
Isadora Maria de Abreu Oliveira

Gabryelly dos Santos Braga
Edvan de Souza Silva

Fechamento desta edição:

31/03/2026

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS:



WWW.PGE.PA.GOV.BR



[PGE_PA](#)



[PROCURADORIAPA](#)



[PGEPA](#)

RODA DE CONVERSA: O PAPEL DOS HOMENS PARA AMBIENTES MAIS SEGUROS

Dando continuidade à programação do Mês da Mulher, no dia 9 de março, também no auditório da PGE, foi promovida a roda de conversa “O papel dos homens na construção de ambientes seguros e respeitosos”.

O encontro reuniu especialistas e convidados, entre eles: a procuradora-geral do Estado, Ana Carolina Gluck Paul, o procurador do Estado, Francisco Edson da Rocha Júnior, e Reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), o professor Gilmar Pereira da Silva.

O evento foi mediado pela servidora Samila Gusmão. A atividade destacou a importância da participação ativa dos homens na promoção da equidade de gênero, fomentando o diálogo sobre responsabilidade compartilhada na construção de ambientes institucionais mais seguros e respeitosos.



Assista aqui: <https://www.youtube.com/>

PAPO ENTRE MULHERES: O CICLO HORMONAL EM DEBATE

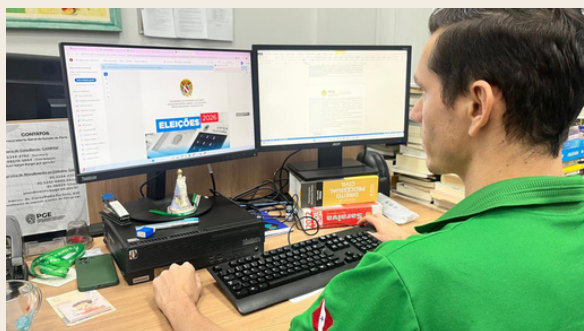
Em 24 de março, foi realizada a roda de conversa “O ciclo hormonal nas diferentes fases da vida da mulher”. O evento contou com a participação da Dra. Cynthia Lins, ginecologista e obstetra, e da Dra. Claudia Soares, otorrinolaringologista e médica do sono, sob a mediação de Christianne Sherring e Andreza Casanova.

A iniciativa abordou aspectos fundamentais da saúde da mulher, promovendo informação qualificada e ampliando a conscientização sobre temas essenciais ao bem-estar físico e emocional.



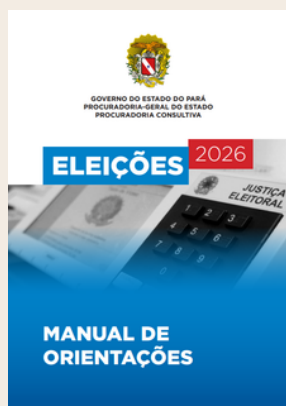
Assista aqui: <https://www.youtube.com/>

ELEIÇÕES 2026: PGE LANÇA MANUAL DE ORIENTAÇÕES



A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) disponibilizou, no dia 13 de março, em seu site institucional, a cartilha Eleições 2026 - Manual de Orientações, publicação que reúne diretrizes voltadas a gestores e servidores públicos estaduais sobre as normas que devem ser observadas durante o período eleitoral. O material também pode ser consultado pela sociedade em geral, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre as regras que regem o processo eleitoral.

De forma objetiva e didática, o manual reúne informações sobre temas frequentemente consultados durante o período eleitoral, como condutas vedadas a agentes públicos, restrições administrativas, movimentação de servidores, transferências de recursos, publicidade institucional e realização de eventos, entre outros aspectos relevantes da atuação estatal em ano de eleições.



Esta é a 9ª edição do manual, elaborado pela Procuradoria Consultiva da PGE. A publicação é atualizada a cada ciclo eleitoral, consolidando orientações com base na legislação vigente e nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), incluindo as resoluções atualizadas, publicadas pelo Tribunal no último dia 05 de março, que vão disciplinar as Eleições Gerais deste ano, e que regulamentam diferentes aspectos do processo eleitoral 2026.

Acesse o manual aqui:
www.pge.pa.gov.br/publicacoes/manuais

PGE E SECOM CAPACITAM SERVIDORES SOBRE CONDUTAS NO PERÍODO ELEITORAL



A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), em parceria com a Secretaria de Comunicação (Secom), realizou, nesta quarta-feira (18), uma capacitação voltada a servidores da área de Comunicação, com foco na publicidade institucional e nas condutas vedadas aos agentes públicos durante o período eleitoral.

O encontro, que ocorreu no auditório da PGE, em Belém, teve como objetivo orientar e alinhar as ações de comunicação institucional à legislação vigente, além de esclarecer dúvidas sobre as restrições impostas em ano de eleições. A iniciativa buscou garantir que gestores e órgãos públicos estaduais tenham uma atuação responsável, preventiva e em conformidade com as normas eleitorais, neste ano de eleições gerais.

LANÇAMENTO: LIVRO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL



No dia 23 de março, foi realizado o lançamento do livro “Lei do Processo Administrativo do Pará - Um olhar de juristas”, no auditório da PGE.

A obra, publicada pela Editora Fórum, foi produzida pelo Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR) em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado.

A publicação reúne importantes contribuições doutrinárias acerca da Lei do Processo Administrativo estadual, consolidando a obra como relevante instrumento de estudo e aprimoramento jurídico.

Participaram da obra, os procuradores do Estado:

Carla Nazaré Melém Souza
Gustavo Tavares Monteiro
Jobson de Oliveira Pereira
Mônica Toscano Simões
Ricardo Nasser Sefer



VACINAÇÃO: EM PARCERIA COM A SESP, PGE REALIZA CAMPANHA ANUAL

No dia 13 de março, das 9h às 14h, no Prédio Anexo III da Procuradoria-Geral do Estado, foi realizada a "Vacinação na PGE".

A iniciativa foi promovida em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (Sespa).

A campanha é realizada anualmente, com o objetivo fortalecer as ações de prevenção e promoção da saúde no ambiente institucional, facilitando o acesso à imunização e contribuindo para a proteção coletiva e o bem-estar dos participantes.

CAMPANHA: ASSOCIAÇÕES REALIZAM DOAÇÃO DE ABSORVENTES PARA SANTA CASA



A Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ASPGE), em parceria com a Associação dos Procuradores Autárquicos e Fundacionais do Estado do Pará (Apafep), com a Associação dos Procuradores do Estado do Pará (Apepa), e com a Associação dos Consultores Jurídicos do Estado do Pará (Aconjur), realizou a arrecadação e a doação de 456 pacotes de absorventes, os quais foram destinados à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

A ação representou gesto de solidariedade e apoio à instituição, referência no atendimento à saúde pública no Estado.

A entrega à Santa Casa ocorreu no dia 31 de março. De acordo com a instituição, a doação garantiu o abastecimento deste material até o final do ano de 2026.



FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ CARTA DE AGRADECIMENTO

Prezados Parceiros da PGE,

A **Gerência de Captação de Recursos** e a **Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão** do Hospital Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará têm a satisfação de agradecer seu valioso gesto de partilha, com a **Doação de 500 absorventes higiênicos** em favor de pessoas que usam nossos serviços de saúde.

Gestos dessa natureza nos faz acreditar que tudo é possível quando juntamos forças para o alcance de um objetivo maior que é a **SOLIDARIEDADE**. Isso nos motiva a continuar recebendo com carinho sua doação para ajudar nossos pacientes em seu âmbito familiar, os quais muitas vezes, nos fazem entender que não só precisam de um tratamento clínico, mas de um cuidado especial no que se refere aos diversos aspectos envolvidos no processo saúde doença, dentre eles os sociais. Saiba que sua doação nos encoraja a continuar acreditando que nosso trabalho faz sentido.

A sociedade brasileira, por conta do cenário atual, passa por momentos de muitas fragilidades, principalmente no que se refere às dificuldades econômicas e financeiras, e com sua ajuda em forma de doação podemos minimizar essas dificuldades. Assim, temos contado sempre com o apoio e colaboração dos nossos parceiros, que vem demonstrando solidariedade e compromisso com a vida humana.

Saiba que sua doação vai oferecer esperança e motivação ao coração de muita gente que precisa de um simples gesto de empatia.

Em nome de todas essas pessoas, a quem devotamos nossos serviços e em nome da **vida humana**, que é o maior presente que Deus nos dá, **nosso muito obrigado**. Ele, que é rico em misericórdia, retribua sua generosa solidariedade com saúde e paz a você, seus familiares e seus colaboradores.

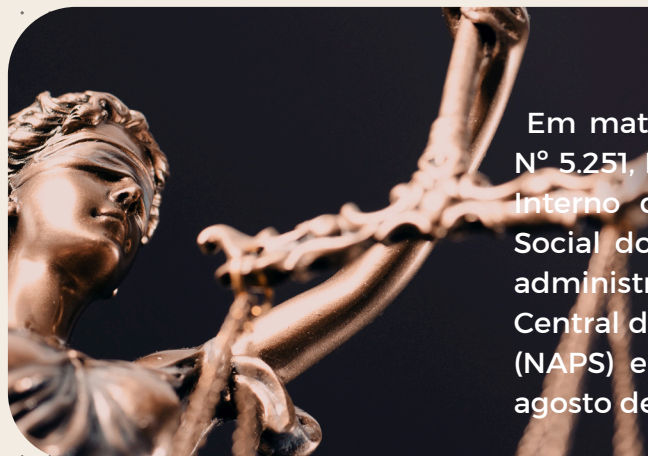
Giselly Julieta Barroso da Silva

Gerente de Captação de Recursos

Waldá Cleoma Lopes Valente dos Santos

Diretora de Planejamento, Orçamento e Gestão





Legislações Estaduais:

Em matéria de legislação estadual, destaca-se o DECRETO Nº 5.251, DE 10 DE MARÇO DE 2026 que aprova o Regimento Interno do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), instituindo as unidades administrativas do Setor de Protocolo, da Ouvidoria, da Central de Atendimento e do Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) e revogando o Decreto Estadual nº 1.751, de 30 de agosto de 2005.

Na sequência, cumpre mencionar o DECRETO Nº 5.257, DE 12 DE MARÇO DE 2026, que regulamenta a Lei Estadual nº 10.021, de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a transformação da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE) em Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE), e cria o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção (CTPC) e a carreira de Auditor de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo Estadual.



Por meio do DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2026, foi concedida a Comenda da **ORDEM DO MÉRITO GRÃO-PARÁ**, a mais importante comenda existente no Estado, pelos relevantes serviços prestados em prol do povo e do Estado do Pará, à Procuradora-Geral do Estado **ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL**, **ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA**, **RICARDO NASSER SEFER**, **RAUL PROTÁZIO ROMÃO**, **BRUNO HENRIQUE ALVES SALOMÃO**, **CAMILA FARINHA VELASCO DOS SANTOS**, **CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA**, **GUSTAVO TAVARES MONTEIRO**.

A LEI Nº 11.357, DE 31 DE MARÇO DE 2026, altera a Lei Estadual nº 9.661, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará e cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.

A PORTARIA CGE Nº 053/2026-GAB, DE 26 DE MARÇO DE 2026, cria o reconhecimento institucional "Pará Mais Transparente", no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, visando a necessidade de promover a transparência pública como instrumento de fortalecimento da integridade, de prevenção de irregularidades e de aprimoramento da gestão pública estadual. A avaliação será realizada pela Controladoria-Geral do Estado, no exercício de suas competências institucionais, podendo ocorrer, inclusive, mediante ordens de serviço específicas.



Atos normativos federais:

No âmbito do ordenamento jurídico federal, registra-se a Lei nº 15.360, de 25 de março de 2026, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre condições mínimas das escolas públicas de educação básica, que devem contar com número adequado de educandos por turma, bem como biblioteca, laboratórios de ciências e de informática devidamente equipados, acesso à internet, quadra poliesportiva coberta, cozinha, refeitório, banheiros, instalações com adequadas condições de acessibilidade, acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Outra legislação em destaque é a Lei nº 15.355, de 11 de março de 2026, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados (Amar) e altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 12.334, de 20 de setembro de 2010, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Além disso, importante mencionar o Decreto nº 12.916, de 30 de Março de 2026, que institui a Política Nacional das Artes (PNA), que será gerida em regime de cooperação e de colaboração entre os entes federativos, os agentes culturais e a sociedade civil, sob a coordenação do Ministério da Cultura. A adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá por meio de instrumento próprio.



Gestão interna da PGE:

Por fim, no âmbito da gestão interna desta PGE/PA, relevante mencionar a RESOLUÇÃO Nº 010/2026-CFUNPGE, que dispõe sobre os requisitos para concessão de complementação de bolsa-estágio, no âmbito do órgão, ficando condicionada, além da disponibilidade orçamentária do FUNPGE, ao cumprimento cumulativo dos requisitos de tempo, assiduidade e desempenho.

DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 456 – MARÇO DE 2026, 28º ANO

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ASCENSÃO E PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS: UMA HISTÓRIA

Sérgio Roberto Pereira Cardoso Filho e Flávio Henrique Albuquerque de Freitas

ATIVISMO DE CONTAS E A CONFORMIDADE FISCAL DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Renato Lima Cavalcante e Lucas Oliveira Gomes Ferreira

FUNDAMENTO, CONTEÚDO E AUTONOMIA DO DIREITO HUMANO AO CUIDADO

Valerio de Oliveira Mazzuolli

GUILHOTINA E ABANDONO: O DILEMA DO STF ENTRE O EXAME DE LEGALIDADE DOS 'PENDURICALHOS' E O OSTRACISMO INSTITUCIONAL

Fernando Rodrigues Martins, Epaminondas Fulgencio Neto e Rogério Medeiros Garcia de Lima.

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

IMPACTOS DA MORATÓRIA DA SOJA NO SETOR TRIBUTÁRIO

Cláudia Maria Borges da Costa Pinto e Rafael Henrique Volpi

IMPENHORABILIDADE FUNCIONAL: UMA NOVA CATEGORIA JURÍDICA NA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Jônatas Luiz Moreira de Paula e Jônatas Luiz Moreira de Paula Filho

REFORMA TRIBUTÁRIA: REFLEXOS JURÍDICOS E DESIGUALDADES NOS ENTES FEDERATIVOS

Rodrigo Romano dias e Thiago Penido Martins

REFORMA TRIBUTÁRIA E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EC Nº 132/23 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Rafael Korff Wagner e Artur Hauser Schmitz

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

APLICAÇÃO DAS MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS AO MERCADO DE CARBONO NACIONAL

Luciano Furtado Loubet e Leticia Catellan Silva.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A (IN)ADAPTAÇÃO DE LEIS AMBIENTAIS

André Rafael Weyermüller e Ingo Wolfgang Sarlet

REDES TRANSNACIONAIS DE ADVOCACIA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS INDÍGENAS: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E NORMATIVAS NA ARENA INTERNACIONAL

Dimás Pereira Duarte Júnior

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM OCUPAÇÃO IRREGULAR

Vinicius Pires Tiller

DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 456 - MARÇO DE 2026, 28º ANO

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

OS LIMITES ÉTICOS DA I.A. NO PODER JUDICIÁRIO

Marcus Gomes.

DÊSJUDICIALIZAÇÃO: REFLEXÃO ACERCA DA CONCESSÃO DA GRATUIDADE EMOLUMENTAR NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E DO RIO DE JANEIRO NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Catharine Couto e Couto, Vanessa Araújo Sá e Adriano da Silva Ribeiro:

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA JUSTIÇA

Camila Henning Salmoria.

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO CIVIL

Richard Costa Lessa

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL E A SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS LUHMANN

Enoque Ribeiro dos Santos e Eduardo Torres Caprara.

APLICABILIDADE DAS NORMAS REGULAMENTADORAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS À LUZ DO PRINCÍPIO DO TRABALHADOR SEM ADJETIVOS: ANÁLISE DO VOTO DO MINISTRO FLÁVIO DINO NA ADPF 1.068/ES

Bruno Petermann Choueiri Bugalho

A APLICAÇÃO DA SANÇÃO DISCIPLINAR DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS: UMA INCOMPREENSÃO ENTRE O DIREITO ADMINISTRATIVO DE PUNIR E AQUELE DE SE APOSENTAR

Paulo Henrique Brant Vieira e Fernanda Miranda Barbosa

CONFLITOS NAS LEIS LABORAIS DE TRIPULANTES DE CRUZEIROS

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MARÇO 2026

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL DE MARÇO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL MARÇO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA MARÇO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES MARÇO 2026	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM



ALERTA JÚRIS

PARA ACESSAR O ALERTA, CLIQUE AQUI:

ALERTA JURIS N° 02/2026
ALERTA JURIS N° 03/2026
ALERTA JURIS N° 04/2026
ALERTA JURIS N° 05/2026
ALERTA JURIS N° 06/2026

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas e Jurisprudências



ZÊNITE

- Legislações; Doutrinas e Jurisprudências.



LIVROS DOADOS PARA ESAP



PGE
PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

